

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 1

De forma expressa, a Constituição Federal de 1988 (CF) permite, excepcionalmente, a intervenção dos estados em seus municípios

- Ⓐ para assegurar a observância de princípios indicados na respectiva Constituição estadual.
- Ⓑ para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- Ⓒ para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- Ⓓ para reorganizar as finanças da unidade da Federação.
- Ⓔ quando não ocorrer a aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Questão 2

De acordo com a CF, assinale a opção correta com relação às comissões parlamentares de inquérito (CPI).

- Ⓐ Para a instauração de uma CPI, são necessários os votos da maioria absoluta dos membros da casa legislativa.
- Ⓑ As CPI têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- Ⓒ As CPI são impedidas de convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- Ⓓ As CPI podem investigar diversos fatos, alguns deles indeterminados.
- Ⓔ As CPI têm prazo definido para a conclusão dos seus trabalhos, sendo esse prazo improrrogável.

Questão 3

Considerando a classificação das entidades da administração indireta, assinale a opção que apresenta, sucessivamente, a natureza jurídica do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Universidade Federal da Bahia e do Banco do Brasil.

- Ⓐ autarquia, empresa pública, autarquia, autarquia e sociedade de economia mista
- Ⓑ sociedade de economia mista, autarquia, autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública
- Ⓒ autarquia, sociedade de economia mista, autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista
- Ⓓ empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, autarquia e autarquia
- Ⓔ autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, autarquia e autarquia

Questão 4

Acerca da estabilidade do servidor público, assinale a opção correta de acordo com a CF.

- Ⓐ Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com a remuneração integral do último cargo ocupado.
- Ⓑ O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo mediante concurso público adquire a estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- Ⓒ A perda do cargo por servidor público estável poderá ocorrer mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.
- Ⓓ O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- Ⓔ Cumprido o requisito temporal para a obtenção da estabilidade, será garantido ao servidor público tal benefício.

Questão 5

A luz das disposições da CF pertinentes ao Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a opção correta.

- Ⓐ O plenário do TCU é composto por onze ministros.
- Ⓑ São requisitos para ser ministro do TCU, entre outros: ser brasileiro nato ou naturalizado e ter mais de 35 anos de idade e menos de 70 anos de idade.
- Ⓒ O presidente da República escolhe um terço dos ministros do TCU, sujeita tal escolha à posterior aprovação pelo Congresso Nacional.
- Ⓓ Os ministros do TCU terão as mesmas garantias, prerrogativas e vantagens, bem como os mesmos impedimentos e vencimentos, dos ministros do STF.
- Ⓔ O TCU tem sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Questão 6

Acerca dos princípios, da organização, das garantias e das vedações pertinentes ao Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os membros do MP em disponibilidade podem exercer qualquer outra função pública.
- Ⓑ O procurador-geral da República é nomeado pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para um mandato de dois anos, permitida a recondução.
- Ⓒ O MP faz parte da estrutura funcional do Poder Judiciário.
- Ⓓ O MP municipal deve atuar subsidiariamente em face de omissão do MP estadual.
- Ⓔ O princípio da independência funcional do MP é o que permite que um membro do MP substitua outro no exercício da mesma função.

Questão 7

Assinale a opção correta acerca do estado de defesa.

- Ⓐ O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, que não poderá ser superior a trinta dias, prorrogável uma única vez.
- Ⓑ A manifestação prévia do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional não é obrigatória para a decretação do estado de defesa.
- Ⓒ Durante a vigência do estado de defesa, não poderá haver restrições ao direito de reunião realizada no seio das associações.
- Ⓓ O decreto do estado de defesa deverá ser submetido ao Congresso Nacional, que, por maioria absoluta, o apreciará no prazo de 24 h.
- Ⓔ Durante o estado de defesa, ficará suspenso o funcionamento do Congresso Nacional.

Questão 8

Em relação ao estado de sítio, assinale a opção correta.

- Ⓐ A decretação do estado de sítio em face de comoção grave de repercussão nacional não poderá limitar a livre circulação dos cidadãos no território nacional.
- Ⓑ O estado de sítio decretado em razão da declaração de guerra poderá vigorar pelo tempo que perdurar o conflito.
- Ⓒ O estado de sítio decretado em razão de grave comoção terá prazo não superior a trinta dias, prorrogável uma única vez, pelo mesmo período.
- Ⓓ As restrições impostas pela decretação de estado de sítio abrangem a difusão de pronunciamento de parlamentares realizado nas respectivas casas legislativas.
- Ⓔ A decretação do estado de sítio depende de autorização do Conselho da República e do Conselho da Defesa Nacional.

Questão 9

Quanto à origem, ao conteúdo, à extensão, ao modo de elaboração e à possibilidade de submeter-se a alteração, a CF classifica-se, respectivamente, como

- Ⓐ promulgada, formal, analítica, dogmática e rígida.
- Ⓑ outorgada, material, sintética, dogmática e rígida.
- Ⓒ promulgada, material, analítica, histórica e rígida.
- Ⓓ promulgada, formal, sintética, histórica e flexível.
- Ⓔ outorgada, formal, analítica, histórica e semirígida.

Questão 10

No tocante às formas de realização da função administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ A descentralização por outorga ocorre quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, a execução de serviço para que este seja prestado em nome e por conta e risco do outorgado.
- Ⓑ Há centralização quando as atividades administrativas são desempenhadas por órgãos integrantes da administração direta.
- Ⓒ Ocorre descentralização por delegação quando o Estado transfere determinado serviço público para uma entidade por ele criada.
- Ⓓ A desconcentração material ou temática decorre da hierarquia existente entre os órgãos.
- Ⓔ Um exemplo de desconcentração é a criação de uma autarquia à qual a União transfira, por lei, a competência de atuar em determinado serviço público.

Questão 11

Considerando os princípios jurídicos da administração pública e as consequências pelo seu descumprimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ A probidade administrativa é um importante princípio constitucional cujo descumprimento configura crime de responsabilidade previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- Ⓑ A violação a princípios da administração pública no contexto de um procedimento licitatório ensejará a declaração de nulidade do certame, sem possibilidade de qualquer ponderação, conforme determina expressamente a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
- Ⓒ O princípio da responsividade é sinônimo do da responsabilidade no direito administrativo brasileiro.
- Ⓓ O critério da *principiolatria* tem sido estimulado pela jurisprudência do STJ para a declaração de nulidade de atos administrativos, já que os princípios jurídicos são as bases fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro.
- Ⓔ A violação a princípios administrativos por um agente público só configura ato de improbidade administrativa se praticada de forma culposa.

Questão 12

No tocante à tutela da probidade administrativa no direito brasileiro, considerando a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ O combate à corrupção, à ilegalidade e à imoralidade no âmbito do poder público, as quais geram graves prejuízos à implementação de políticas públicas de qualidade, deve ser prioridade absoluta de todos os órgãos constitucionalmente institucionalizados.
- Ⓑ Conforme a jurisprudência do STF, a norma benéfica da Lei n.º 14.230/2021 que prevê a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa retroage, com incidência sobre a eficácia da coisa julgada.
- Ⓒ O STF já declarou expressamente que a anticorrupção é um direito fundamental.
- Ⓓ Com a entrada em vigor da Lei n.º 14.230/2021, o STF ratificou a ilegitimidade dos municípios para o ajuizamento de ação de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil.
- Ⓔ O STF e o STJ, em decisões colegiadas, têm adotado o conceito de dolo específico para a configuração do ato de improbidade administrativa, consoante as novas disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) instituídas pela Lei n.º 14.230/2021.

Questão 13

À luz da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os seguintes itens.

- I No caso de contratação direta indevida ocorrida com culpa, dolo ou erro grosseiro, há responsabilidade civil solidária pelo dano causado tanto do contratado quanto do agente público responsável pela contratação.
- II É hipótese de inexistência de licitação a contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário exclusivo, desde que aquele seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, podendo a exclusividade, excepcionalmente, ser restrita a evento ou local específico.
- III Admite-se a contratação direta, via dispensa de licitação, nos casos de emergência, para parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 ano, contado da data da ocorrência da emergência, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com fundamento nessa previsão legal.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 14

No tocante às normas gerais de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- Ⓐ É inconstitucional ato normativo municipal editado no exercício de competência legislativa suplementar que proíba a participação em licitação ou a contratação de agentes eletivos, de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, assim como de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de qualquer destes.
- Ⓑ É constitucional a proibição de município contratar com parentes, afins ou consanguíneos, de prefeito, vice-prefeito, vereador e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como de servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções.
- Ⓒ É constitucional dispositivo de atos normativos dos tribunais de contas que exija a remessa prévia do edital de licitação, sem nenhuma solicitação, pois visa garantir maior fiscalização e transparência contra fraudes.
- Ⓓ É constitucional a vedação, à administração pública, de contratação de empresa cujo quadro seja integrado por pessoa condenada pela prática de crime ou contravenção envolvendo atos discriminatórios, considerando-se o princípio da moralidade administrativa.
- Ⓔ Não usurpa a competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação a norma estadual que prevê ser dispensável o procedimento licitatório para aquisição, por pessoa jurídica de direito interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a administração pública e que tenha sido criado especificamente para esse fim, sem a limitação temporal estabelecida pela Lei n.º 8.666/1993 para essa hipótese de dispensa de licitação.

Questão 15

Ainda com base na Nova Lei de Licitações e Contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em todos os contratos administrativos, o contratado e o poder público serão responsáveis solidários pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- Ⓑ Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, salvo para os casos de solenidades especiais devidamente justificadas perante os tribunais de contas e o Ministério Público.
- Ⓒ Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos na lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada de, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
- Ⓓ A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte deve ser apresentada juntamente com os demais documentos de habilitação no início do certame, sob pena de preclusão administrativa e eliminação do certame.
- Ⓔ Ao pronunciar a nulidade do certame, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e analisará, com juízo de conveniência e oportunidade, a necessidade da apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Questão 16

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A administração pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, mesmo que isso viole os direitos adquiridos, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- Ⓑ O exercício da autotutela administrativa para o desfazimento do ato administrativo que produza efeitos concretos favoráveis aos seus destinatários está condicionado à prévia intimação e à oportunidade de contraditório para os beneficiários do ato.
- Ⓒ A norma da Lei n.º 9.784/1999 a respeito do prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal não pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios.
- Ⓓ Segundo o STF, é constitucional norma estadual que preveja tempo superior a cinco anos para a anulação de atos ilegais da administração pública.
- Ⓔ A Lei n.º 9.784/1999 fixa o prazo decadencial de cinco anos para a administração pública exercer o poder de autotutela e anular os atos ilegais, salvo má-fé do beneficiário. Trata-se de prazo peremptório e que não comporta exceções.

Questão 17

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de atropelamento de pedestre em via férrea, não há concorrência de causas se a concessionária do transporte ferroviário houver descumprido o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, ainda que a vítima tenha adotado conduta negligente.
- Ⓑ O cancelamento de provas de concurso público em virtude de indícios de fraude gera a responsabilidade solidária entre a entidade privada organizadora do certame e o ente público contratante, para o fim exclusivo de restituir aos candidatos as despesas com taxa de inscrição e eventual deslocamento para cidades diversas daquelas de seu domicílio.
- Ⓒ O Estado não responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.
- Ⓓ O tratamento de dados pessoais promovido por órgãos públicos em desconformidade com os parâmetros legais e constitucionais importará a responsabilidade civil do Estado por eventuais danos suportados pelos particulares, associada ao exercício do direito de regresso contra os servidores e agentes políticos responsáveis pelo ato ilícito, em caso de culpa ou dolo.
- Ⓔ A legislação infraconstitucional não pode estabelecer outro dever de indenizar além do de prestação de serviços, previsto constitucionalmente.

Questão 18

Em relação aos servidores públicos, assinale a opção correta.

- ☐ A É permitido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público que labora em jornada reduzida de trabalho, desde que o valor pago seja proporcional às horas trabalhadas.
- ☐ B A ampliação da jornada de trabalho sem alteração da remuneração do servidor consiste em violação à regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos.
- ☐ C O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para atingir o salário mínimo.
- ☐ D É aplicável aos servidores públicos estaduais e municipais o direito de jornada reduzida previsto na legislação federal de referência desde que necessariamente lei local preveja essa possibilidade.
- ☐ E É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata em concurso público que esteja grávida à época de realização do referido teste apenas se houver previsão expressa em edital do concurso público.

Questão 19

Acerca de agentes públicos, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

- ☐ A Considerando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a autoridade administrativa pode sopesar a gravidade da conduta para decidir qual sanção aplicar no caso concreto, inexistindo previsão de demissão como ato vinculado e decorrente de determinadas condutas.
- ☐ B Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, a incidência do teto remuneratório constitucional pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- ☐ C É ilegal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, quando atendidos todos os requisitos legais, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a gastos com pessoal de ente público, haja vista a progressão ser direito subjetivo do servidor público.
- ☐ D É vedado ao servidor que já usufruiu o primeiro período de férias, após cumprida a exigência de doze meses de exercício, usufruir as férias seguintes no mesmo ano civil, dentro do período aquisitivo ainda em curso.
- ☐ E Inquéritos policiais e ações penais em curso envolvendo candidato em concurso público podem ensejar a sua eliminação do concurso, bastando, para tanto, tal previsão em edital.

Questão 20

Com referência ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I A competência técnica do tribunal de contas do estado, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo respectivo Poder Legislativo.
- II O parecer técnico elaborado pelo tribunal de contas, no caso do julgamento das contas de prefeitos, tem natureza meramente opinativa.
- III A apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas câmaras municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas o item III está certo.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 21

Assinale a opção que apresenta requisito para a ocorrência de um lançamento de tributo municipal.

- ☐ A obrigação tributária
- ☐ B inexistência de pagamento
- ☐ C autuação fiscal prévia
- ☐ D devido processo legal
- ☐ E crédito tributário prévio

Questão 22

Assinale a opção que identifica a forma de extinção total do crédito tributário concedida por despacho fundamentado em decorrência da situação econômica do sujeito passivo.

- ☐ A anistia
- ☐ B isenção
- ☐ C remissão
- ☐ D exclusão
- ☐ E perdão tributário

Questão 23

O direito da fazenda pública de constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados

- ☐ A da data em que se tornar definitiva a decisão que manteve o lançamento anteriormente efetuado.
- ☐ B do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- ☐ C do primeiro dia útil seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- ☐ D do primeiro dia seguinte àquele em que venceu a obrigação de pagar.
- ☐ E do primeiro dia seguinte àquele em que se encerrou o processo administrativo fiscal.

Questão 24

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se

- ☐ A cumulativamente ao IPI, com transferência de parte do seu montante ao município de origem.
- ☐ B exclusivamente ao IPI, com transferência de parte do seu montante ao município de origem.
- ☐ C exclusivamente ao IOF, cabendo a arrecadação exclusivamente à União.
- ☐ D exclusivamente ao ISS em relação à atividade de extração na origem, cabendo a arrecadação ao município de origem.
- ☐ E exclusivamente ao IOF, cabendo parte da arrecadação ao município de origem.

Questão 25

De acordo com a CF, no caso de operações de compra e venda que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro estado, deverá ser aplicada a alíquota

- A interestadual, cabendo ao estado de localização de origem a diferença entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual.
- B interestadual, cabendo ao estado de localização do destinatário a diferença entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual.
- C interna do estado de localização do destinatário, cabendo a arrecadação apenas a esse estado.
- D interna do estado de origem do produto ou serviço, cabendo a arrecadação apenas a esse estado.
- E interestadual, cabendo ao estado de localização de origem a totalidade do valor arrecadado.

Questão 26

O imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel competirá ao município

- A onde se processar o inventário ou arrolamento.
- B onde for registrada a cessão de direitos.
- C de situação do bem.
- D onde tiver domicílio o comprador.
- E onde tiver domicílio o transmitente.

Questão 27

De acordo com o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, a Fazenda Municipal deve deixar de emitir ordem de serviço ou outro ato administrativo que autorize procedimentos fiscais com fundamento exclusivamente em denúncia anônima quando, entre outras hipóteses, a denúncia

- I for genérica ou vaga em relação à infração supostamente cometida.
- II não estiver acompanhada de indícios de autoria.
- III deixar transparecer tentativa de prejudicar concorrente comercial.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 28

Conforme o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, caracteriza-se como reincidência, para fins de majoração da multa básica, a prática repetida da infração a um mesmo dispositivo da legislação tributária municipal, por um mesmo sujeito passivo, dentro de

- A dois anos, contados da data em que houver reconhecimento da infração cometida.
- B dois anos, contados da data do último pagamento da respectiva multa.
- C cinco anos, contados da data do lançamento.
- D dois anos, contados da data de decisão judicial condenatória.
- E cinco anos, contados da data em que houver reconhecimento da infração cometida.

Questão 29

A luz do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta a respeito do lançamento tributário.

- A O lançamento tributário compete à autoridade administrativa, que, por sua vez, poderá delegá-lo a outros agentes públicos, quando julgar oportuno.
- B Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, a taxa de conversão do câmbio deverá corresponder àquela em vigor na data do lançamento tributário, salvo disposição legal em sentido contrário.
- C O lançamento tributário é marcado pela discricionariedade, porquanto está condicionado a juízo de valor da autoridade administrativa na avaliação dos elementos da regra matriz de incidência tributária.
- D O lançamento tributário será regido pela lei vigente à época do fato gerador, exceto se esta for posteriormente revogada.
- E A legislação tributária que amplie os poderes de investigação das autoridades administrativas, por meio de novos poderes de fiscalização, é aplicável a fatos geradores pretéritos à sua vigência.

Questão 30

Um contribuinte, após ter sido notificado do lançamento de determinado imposto, impugnou esse ato por meio de recurso na esfera administrativa.

Nessa situação hipotética, a impugnação formalizada tem o efeito de

- A inaugurar a fase litigiosa do procedimento fiscal, além de implementar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, obstando o início do curso do prazo prescricional relativo à cobrança do tributo.
- B inaugurar a fase litigiosa do procedimento fiscal, além de implementar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, dando início ao curso do prazo prescricional relativo à cobrança do tributo.
- C finalizar a fase litigiosa do procedimento fiscal, por meio da exclusão do crédito tributário, não havendo mais que se cogitar da prescrição da cobrança.
- D inaugurar a fase litigiosa do procedimento fiscal, por meio da exclusão do crédito tributário, sob ulterior condição resolutiva, ficando suspenso o curso do prazo prescricional.
- E finalizar a fase litigiosa do procedimento fiscal, por meio da extinção do crédito tributário, não havendo mais que se cogitar da prescrição da cobrança.

Questão 31

A respeito das modalidades de lançamento tributário e de aspectos atinentes a esse tema, assinale a opção correta à luz do CTN e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A O lançamento por homologação é realizado quanto a tributos indicados pela administração tributária, e seu pagamento deve ser antecipado pelo sujeito passivo.
- B O lançamento por declaração deve ser efetuado pelo contribuinte, ou seja, aquele que possui relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária, não se admitindo a declaração prestada por terceiro.
- C O lançamento de ofício poderá ser revisto a qualquer tempo pela autoridade administrativa.
- D A mudança do critério jurídico adotado pelo fisco não autoriza a revisão do lançamento que se reporte a fato gerador ocorrido antes de sua introdução.
- E O lançamento tributário não pode ser revisto por erro de fato, ainda que este último não seja conhecido, pela administração tributária, por ocasião do lançamento anterior.

Questão 32

Com referência à utilização do mandado de segurança para questões tributárias, julgue os itens que se seguem, à luz da legislação tributária e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- I O mandado de segurança é via inadequada para a convalidação de compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- II O mandado de segurança é via inadequada para que seja declarado o direito à compensação tributária em virtude do reconhecimento de ilegalidade ou inconstitucionalidade da anterior exigência do tributo.
- III O reconhecimento judicial de indébito tributário pela via do mandado de segurança autoriza a restituição administrativa dos valores em favor do contribuinte.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 33

No que se refere às execuções fiscais, assinale a opção correta conforme a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- ☐ A O rito das execuções fiscais não admite a citação por edital.
- ☐ B O demonstrativo de cálculo do débito tributário deve acompanhar a petição inicial da execução fiscal proposta.
- ☐ C É possível, no âmbito da execução fiscal, a decretação da prescrição intercorrente, ainda que esta decorra da demora na citação do executado unicamente por motivos inerentes ao mecanismo da justiça.
- ☐ D A fazenda pública municipal não goza da prerrogativa de intimação pessoal no âmbito das execuções fiscais.
- ☐ E Havendo penhora de bens na execução fiscal, o termo inicial para o manejo dos embargos à execução fiscal será a data da efetiva intimação da constrição.

Questão 34

A respeito da exceção de pré-executividade, julgue os itens subsequentes.

- I A alegação de prescrição do crédito tributário é passível de ser veiculada em exceção de pré-executividade.
- II O acolhimento de exceção de pré-executividade que tenha como resultado prático a extinção da execução fiscal pode ensejar a condenação da fazenda pública em honorários advocatícios.
- III O manejo da exceção de pré-executividade comporta dilação probatória sobre a questão controvertida.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 35

Julgue os itens que se seguem, relativos ao processo administrativo tributário.

- I A decisão final formalizada no âmbito de processo administrativo tributário não possui os mesmos atributos da coisa julgada judicial.
- II É válida a exigência de depósito prévio para fins de interposição de recurso que questione notificação de lançamento de tributo.
- III No âmbito do processo administrativo tributário, vale a máxima de que “o que não consta dos autos, não existe no mundo”, porquanto a ele é inaplicável o princípio da verdade material.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 36

Acerca da medida cautelar fiscal, assinale a opção correta.

- ☐ A A medida cautelar fiscal somente pode ser requerida em desfavor de sujeito passivo de crédito tributário, não alcançando a persecução de débitos de natureza não tributária.
- ☐ B O indeferimento da medida cautelar fiscal impede que a fazenda pública intente execução judicial de dívida ativa.
- ☐ C O requerimento da medida cautelar fiscal está condicionado à prévia constituição do crédito tributário, não havendo previsão legal que excepcione o requisito.
- ☐ D A decretação da medida cautelar fiscal tem como resultado prático a indisponibilidade de todos os bens do devedor.
- ☐ E Uma vez cessada a eficácia da medida cautelar fiscal decretada, é vedado à fazenda pública repetir o pedido sob o mesmo fundamento.

Questão 37

No tocante às regras orçamentárias aplicáveis às câmaras municipais, assinale a opção correta.

- ☐ A O total da despesa com a remuneração dos vereadores não pode ultrapassar o montante de 5% da receita da câmara municipal.
- ☐ B A câmara municipal não poderá gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- ☐ C A sobra financeira do duodécimo da câmara municipal deve ser incorporada ao seu caixa para utilização posterior, não podendo a prefeitura solicitar a sua restituição.
- ☐ D A Emenda Constitucional n.º 109/2021 prevê a exclusão dos gastos com pessoal inativo e pensionistas do teto da despesa total da câmara municipal na próxima legislatura.
- ☐ E Os recursos municipais repassados ao FUNDEB devem ser adicionados à base de cálculo da despesa orçamentária do Poder Legislativo municipal.

Questão 38

Assinale a opção correta de acordo com as normas que regem a transferência voluntária de recursos públicos.

- Ⓐ Um município carente que não conseguir cumprir os gastos mínimos com educação e saúde poderá ser contemplado com transferências voluntárias.
- Ⓑ A União e o estado não podem realizar transferências voluntárias ao município que não tiver instituído todos os impostos de sua competência.
- Ⓒ A transferência voluntária consiste no repasse de recursos correntes a outro ente da Federação, não se inserindo nela os recursos de capital, dada a sua natureza jurídica.
- Ⓓ É vedada a transferência voluntária de recursos para pagamento de despesa com pessoal, salvo a dos profissionais da educação, saúde e segurança pública.
- Ⓔ A sanção de suspensão de transferências voluntárias alcança as ações de assistência social.

Questão 39

A luz das normas constitucionais orçamentárias e financeiras, assinale a opção correta.

- Ⓐ O projeto da lei orçamentária anual é de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo e, em regra, é vedado ao parlamento emendá-lo para aumentar a despesa prevista.
- Ⓑ A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se, nessa proibição, a autorização para a abertura de créditos suplementares.
- Ⓒ Na gestão financeira dos recursos repassados a título de duodécimo, é possível transferi-los a fundos públicos.
- Ⓓ A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias para garantir a entrega de bens e serviços à sociedade, delas excluídas as despesas primárias discricionárias.
- Ⓔ O crédito orçamentário plurianual tem aplicação às despesas correntes da administração pública.

Questão 40

É lícito ao gestor público

- Ⓐ contingenciar despesas decorrentes de obrigação legal, quando se verificar que a receita poderá ser insuficiente para o alcance das metas fiscais.
- Ⓑ ordenar despesa não autorizada em lei.
- Ⓒ autorizar a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada.
- Ⓓ autorizar o pagamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.
- Ⓔ aumentar a despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

Questão 41

Assinale a opção correta a respeito da gestão orçamentária e financeira dos regimes de previdência.

- Ⓐ As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social ficarão depositadas na mesma conta do Tesouro, com as demais disponibilidades do ente federado.
- Ⓑ É possível a aplicação dos recursos do fundo de previdência em títulos das dívidas públicas estadual e municipal.
- Ⓒ O ente federado que estabelecer um regime próprio de previdência dos seus servidores poderá atribuir-lhe um caráter assistencial e solidário.
- Ⓓ Os fundos de previdência dos servidores públicos podem conceder empréstimos a seus segurados ativos, inativos e pensionistas.
- Ⓔ Os recursos da alienação de bens do patrimônio público podem ser destinados ao regime de previdência próprio dos servidores públicos, se houver autorização legal.

Questão 42

Para se adequar ao limite legal da despesa com pessoal, os entes da Federação podem adotar diversas providências para reduzir as despesas com servidores ativos, inativos e pensionistas. Tais providências, conforme o ordenamento jurídico pertinente, incluem a

- I exoneração de servidores não estáveis;
- II redução temporária da remuneração dos servidores, acompanhada da adequação da jornada de trabalho;
- III redução, em pelo menos 20%, das despesas com cargos comissionados e funções de confiança;
- IV decretação da perda do cargo pelo servidor estável, desde que observados os requisitos legais e constitucionais;
- V redução ou a suspensão temporária das aposentadorias dos servidores públicos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.
- Ⓑ I, III e IV.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, III e V.

Questão 43

Assinale a opção correta em relação à despesa pública.

- Ⓐ O empenho deve ser realizado posteriormente à efetivação da despesa, uma vez que ele é o instrumento de programação e controle dos gastos públicos.
- Ⓑ As subvenções sociais e as subvenções econômicas são classificadas, respectivamente, como despesa corrente e despesa de capital.
- Ⓒ A despesa de capital pode ser considerada despesa obrigatória de caráter continuado.
- Ⓓ É considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesas que não atendam aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ⓔ A despesa reconhecida e identificada pela administração pública após o encerramento do exercício financeiro deverá ser inscrita em restos a pagar.

Questão 44

Acerca da receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O cancelamento de uma despesa inscrita em restos a pagar não pode ser considerado receita pública, pois, nesse caso, ocorre apenas a baixa de uma despesa, sem incremento financeiro.
- Ⓑ Receita pública é a integração de recursos ao patrimônio público sem qualquer ressalva; por essa razão, recursos oriundos de operações de crédito não são considerados receita pública.
- Ⓒ As etapas da arrecadação e do recolhimento são estágios da receita pública que se equivalem.
- Ⓓ A contratação de empréstimo é uma das medidas admitidas como compensação para renúncia de receita.
- Ⓔ A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida caso se comprove erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Questão 45

Paulo dispõe de seu próprio corpo após a morte, de forma gratuita, em favor da Universidade Federal do Ceará, com objetivo científico. Todavia, no testamento, Paulo excepciona o coração.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil, o ato voluntário de Paulo é

- A** ilícito, porque o ordenamento jurídico veda a disposição do próprio corpo.
- B** inválido, pois o Código Civil permite a disposição gratuita do corpo somente para fins altruísticos.
- C** válido, porque o ordenamento jurídico admite a disposição do próprio corpo, de forma gratuita ou onerosa.
- D** válido, porém não mais poderá ser revogado.
- E** válido, pois tem objetivo científico e foi realizado de forma gratuita.

Questão 46

Maria é conhecida na localidade em que mora pelo prenome Isabel. Após completar a maioridade civil, Maria busca alterar o seu prenome.

No que se refere à pretensão de Maria, assinale a opção correta de acordo com a Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/73).

- A** Não poderá alterar seu prenome para Isabel, pois o ordenamento jurídico não admite retificação.
- B** Poderá alterar seu prenome para Isabel, mediante requerimento direcionado ao Oficial do Registro Civil, de forma fundamentada e condicionada à decisão judicial.
- C** Não poderá alterar seu prenome registral, mas poderá incluir o nome Isabel, por ser este apelido público e notório.
- D** Poderá alterar seu prenome para Isabel, mediante requerimento pessoal e imotivado, independentemente de decisão judicial.
- E** Poderá alterar seu prenome somente se demonstrar que há um caráter vexatório e constrangedor no seu reconhecimento perante a comunidade em que vive.

Questão 47

Paula comprou um carro usado de seu vizinho Marcelo com a finalidade de doar a sua filha Olívia, a qual acabou de completar 18 anos. Durante as negociações preliminares, Paula identificou que o veículo possuía um rastreador e pensou ser relevante por questões de segurança, todavia nada foi convencionado sobre o equipamento. Realizado o contrato de compra e venda, Paula verificou que o veículo foi entregue sem o rastreador e, ao questionar Marcelo, ele informou que a aquisição desse item não foi convencionada.

Diante dessa situação hipotética, tendo em vista a natureza jurídica do bem, as disposições do Código Civil sobre os bens reciprocamente considerados e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- A** O rastreador é uma benfeitoria útil e acompanha o veículo.
- B** O equipamento é uma benfeitoria voluptuária e não acompanha o automóvel.
- C** O equipamento é considerado pertença e não acompanha o automóvel.
- D** O rastreador é considerado uma pertença e deve acompanhar o veículo.
- E** O rastreador é considerado uma parte integrante e acompanha o automóvel.

Questão 48

Pedro, como forma de pagamento de uma dívida, comprometeu-se a entregar a Fátima um cachorro. Contudo, Pedro apegou-se ao animal e ofereceu a Fátima, em substituição à prestação, uma joia que recebeu de herança. A credora Fátima consentiu em receber a joia.

Nessa situação hipotética, considerando-se o direito obrigacional, ocorreu a

- A** novação.
- B** dação em pagamento.
- C** compensação.
- D** cessão de crédito.
- E** pagamento em consignação.

Questão 49

José conduzia seu veículo pelas ruas de Camaçari e foi surpreendido pelo veículo conduzido por Gustavo, o qual avançou o sinal vermelho e veio a atingir a lateral do veículo de José. O acidente ocorreu em março de 2020. Em abril do mesmo ano, após tentativa frustrada de solução consensual de conflito pela via extrajudicial, José propôs ação de indenização contra Paulo, o qual foi citado em julho de 2020. Paulo foi condenado a pagar a indenização a José e a sentença foi proferida em outubro de 2020. O pronunciamento judicial transitou em julgado em novembro de 2020.

Diante dessa situação hipotética, de acordo com o inadimplemento das obrigações, é correto afirmar que Paulo está em mora desde

- A** o acidente ocorrido em março de 2020.
- B** a propositura da ação em abril de 2020.
- C** o trânsito em julgado ocorrido em novembro de 2020.
- D** a citação ocorrida em julho de 2020.
- E** a sentença proferida em outubro de 2020.

Questão 50

Negócio jurídico que tem prestações certas e determinadas, no qual os pactuantes possam identificar as vantagens e os encargos recíprocos e que não envolvem maiores riscos é classificado como contrato

- A** unilateral.
- B** gratuito.
- C** comutativo.
- D** aleatório.
- E** personalíssimo.

Questão 51

Acerca do contrato de compra e venda regulamentado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes transfere o domínio de certa coisa mediante pagamento.
- B** Assiste preferência legal ao condômino preterido na venda de bem divisível pelo outro proprietário, nas mesmas condições.
- C** Na venda *ad corpus*, presume-se que a referência às dimensões foi simplesmente enunciativa, quando a diferença encontrada não exceder de um vigésimo da área total enunciada.
- D** É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- E** É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação aos bens excluídos da comunhão.

Questão 52

Acerca de contrato de doação e seus efeitos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O contrato de doação deve sempre ser realizado de forma escrita.
- Ⓑ É válida a doação de ascendente a descendente, ou de um cônjuge a outro, sendo que essa liberalidade implica em adiantamento do que lhes couber por herança.
- Ⓒ Não se admite a doação ao nascituro, pois o início da personalidade jurídica da pessoa natural ocorre do nascimento com vida.
- Ⓓ O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, prevalecendo a cláusula de reversão perante terceiros.
- Ⓔ A doação pura feita ao absolutamente incapaz necessita da aceitação do seu representante legal.

Questão 53

Acerca da competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consideram-se conexas as ações quando lhes são comuns as partes, a causa de pedir e o pedido.
- Ⓑ A tutela provisória concedida por juiz absolutamente incompetente não produz qualquer efeito.
- Ⓒ A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta no foro de domicílio do réu. Sendo tal domicílio incerto ou desconhecido, poderá o autor demandar em qualquer lugar.
- Ⓓ Compete à justiça federal processar e julgar as causas em que sociedade de economia mista da União figure como litisconsorte passivo.
- Ⓔ As modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à distribuição da petição inicial não possuem o condão de alterar a competência do juízo.

Questão 54

À luz da jurisprudência do STJ no que concerne a despesas processuais, honorários advocatícios e gratuidade da justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos embargos de terceiro, o embargante deve ser condenado ao pagamento dos honorários advocatícios se a ação for julgada procedente pela circunstância de ele não ter promovido a devida atualização dos dados cadastrais do bem constrito, ainda que a pretensão tenha sofrido resistência da parte embargada.
- Ⓑ Pessoa jurídica sem fins lucrativos faz jus ao benefício da justiça gratuita independentemente da comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais.
- Ⓒ Quando a fazenda municipal for vencida em demanda de elevado valor, o juiz fixará os honorários por apreciação equitativa, com base nos princípios da proporcionalidade e da indisponibilidade do interesse público.
- Ⓓ Os honorários serão fixados com base no proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, com base no valor atualizado da causa, ainda que se trate de sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- Ⓔ É cabível a fixação de honorários advocatícios em exceção de pré-executividade, contudo, quando esta resulta apenas na exclusão de um sócio do polo passivo, sem extinção da execução, os honorários não são devidos, com base no princípio da causalidade.

Questão 55

Domiciliada em São Paulo, a empresa Alfa, que tem por objeto social a construção civil, foi autuada pela Secretaria da Fazenda Municipal de Camaçari, por deixar de recolher ISS, em um dado período de apuração, em relação a serviços prestados na municipalidade.

No auto de infração, a autoridade administrativa, de ofício, responsabilizou solidariamente os sócios gestores da empresa, também domiciliados em São Paulo, por ter constatado que eles haviam cometido infração à lei, após regular processo administrativo no qual lhes foi assegurado o contraditório.

Ao término do processo administrativo, os autos foram encaminhados à Procuradoria do Município de Camaçari, que procedeu à inscrição da empresa Alfa em dívida ativa e ajuizou execução fiscal, atribuindo à causa o valor de 300 salários mínimos, correspondente ao valor atualizado do débito. Por fim, requereu a citação da referida empresa e dos seus sócios gestores, para pagarem a dívida.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A execução fiscal deve ser proposta necessariamente no foro de domicílio dos réus.
- Ⓑ Os advogados da empresa e dos sócios só poderão acessar os autos da execução fiscal se apresentarem procuração com poderes gerais para o foro.
- Ⓒ Na situação em apreço, será dispensada a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para responsabilização dos sócios pelo débito da empresa.
- Ⓓ Caso sejam oferecidos embargos à execução fiscal e estes sejam julgados procedentes, a remessa necessária estará dispensada.
- Ⓔ A situação hipotética em questão retrata exemplo de litisconsórcio passivo unitário.

Questão 56

Compete ao juizado especial da fazenda pública, onde este tenha sido instalado, julgar

- Ⓐ a execução de título executivo formado em ação coletiva que tenha tramitado sob o rito ordinário, na hipótese de o valor da execução não ultrapassar o montante de 40 salários mínimos.
- Ⓑ a ação anulatória de ato administrativo que imponha pena de demissão a servidor público municipal.
- Ⓒ a ação de reparação de danos decorrente de acidente automotivo provocado por servidor público municipal, se o valor da causa for de até 60 salários mínimos.
- Ⓓ a ação de obrigação de fornecer medicamentos cujo custo não exceda a 60 salários mínimos, ainda que constem do polo passivo, em litisconsórcio, estado e município do respectivo território.
- Ⓔ os embargos à execução fiscal de até 60 salários mínimos, quando não houver vara especializada da fazenda pública no foro comum.

Questão 57

Assinale a opção correta acerca da tutela de urgência.

- ☐ A O juiz não pode condicionar a concessão da tutela antecipada à prestação de caução real, uma vez que tal exigência ofende o princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- ☐ B Não sendo contestado o pedido de tutela de urgência, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo requerente, caso em que a medida será deferida.
- ☐ C O indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente com base na prescrição do direito não obsta que a parte formule o pedido principal.
- ☐ D Será dotado de efeito suspensivo o recurso de apelação interposto contra sentença que revogue tutela antecipada anteriormente concedida.
- ☐ E Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor e o réu não conseguir opor prova capaz de gerar dúvida razoável quanto à pretensão formulada, a tutela antecipada poderá ser deferida, ainda que não ocorra o perigo da demora.

Questão 58

O juiz poderá, independentemente de citação do réu, julgar o pedido liminarmente improcedente quando

- ☐ A o juiz, ainda que necessária a instrução do feito, verificar que o pedido contraria acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos.
- ☐ B for dispensável a fase instrutória e ficar constatado, desde logo, a ocorrência da decadência.
- ☐ C a pretensão contrariar enunciado de súmula do tribunal local acerca da correta interpretação de regra do Código de Processo Civil.
- ☐ D ficar evidenciado que o autor pretende se valer do processo para obter fim vedado por lei.
- ☐ E ficar evidenciado que o autor não expôs o fato em juízo conforme a verdade.

Questão 59

Acerca dos recursos, assinale a opção correta.

- ☐ A Em regra, a interposição de recurso impede a eficácia da decisão recorrida.
- ☐ B O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que sejam distintos os seus interesses.
- ☐ C O *amicus curiae* pode interpor agravo interno contra decisão que indefira seu ingresso no processo.
- ☐ D O terceiro terá legitimidade para interpor recurso quando demonstrar que o precedente a ser formado no processo poderá influir no resultado de recurso dele que tramite no mesmo tribunal.
- ☐ E A desistência não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Questão 60

Assinale a opção correta com referência ao cumprimento de sentença.

- ☐ A Caso o devedor não cumpra a obrigação de fazer no prazo estipulado, o juiz deverá arbitrar perdas e danos e converter o procedimento em cumprimento definitivo de sentença de obrigação de pagar quantia certa.
- ☐ B O cumprimento provisório da sentença encontra abrigo no direito à tutela satisfativa e na legítima expectativa da parte que obteve o provimento jurisdicional favorável em caráter definitivo, razão pela qual, diferentemente do regime aplicável à tutela de urgência, ficará o exequente desobrigado de reparar os danos que o executado vier a suportar por força da reforma da sentença pelo tribunal.
- ☐ C No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, a impugnação não poderá versar sobre a ilegitimidade da parte, uma vez que a matéria encontrar-se-á preclusa.
- ☐ D A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- ☐ E Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a fazenda pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido ele impugnado.

Questão 61

De acordo com a Lei n.º 11.445/2007, a avaliação da gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico compete ao

- ☐ A Comitê de Políticas Nacionais de Saneamento Integrado.
- ☐ B Comitê Interministerial de Saneamento Básico.
- ☐ C Comitê Nacional de Informações sobre Recursos Naturais.
- ☐ D Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico.
- ☐ E Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Questão 62

Assinale a opção que apresenta o princípio do direito ambiental que orienta realizar análise prévia dos impactos a serem suportados pelo meio ambiente ao se implantar determinado empreendimento, de modo a garantir sua viabilidade econômico-financeira, sem causar danos ao meio ambiente.

- ☐ A princípio do poluidor-pagador
- ☐ B princípio da prevenção
- ☐ C princípio da solidariedade intergeracional
- ☐ D princípio da intervenção estatal no controle ambiental
- ☐ E princípio da função social da propriedade

Questão 63

De acordo com as competências dos entes federados, a competência para legislar a respeito da proteção do meio ambiente é

- ☐ A comum dos estados, dos municípios e do DF.
- ☐ B privativa da União.
- ☐ C comum de todos os entes federados.
- ☐ D da União, dos estados e do DF, concorrentemente.
- ☐ E de todos os entes federados, concorrentemente.

Questão 64

De acordo com o Código de Urbanismo e Obras de Camaçari, o agrupamento de glebas não parceladas para a constituição de nova gleba corresponde ao conceito de

- ☐ A ampliação.
- ☐ B área construída.
- ☐ C análise prévia.
- ☐ D alinhamento.
- ☐ E amembramento.

Questão 65

Para os fins da Lei n.º 6.938/1981 e suas alterações, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, são consideradas empresas de grande porte aquelas com receita bruta anual superior a

- A trezentos e sessenta mil reais.
- B quatrocentos e oitenta mil reais.
- C doze milhões de reais.
- D três milhões e seiscentos mil reais.
- E quatro milhões e oitocentos mil reais.

Questão 66

O marco inicial da intimação pessoal do infrator, relativamente ao processo fiscal a que se refere o Código de Polícia Administrativa do Município de Camaçari (Lei n.º 1.120/2010), é a data de

- A postagem da intimação.
- B ciência do intimado.
- C abertura do processo.
- D entrega da intimação por via postal.
- E publicação da intimação.

Questão 67

Segundo a Lei n.º 866/2008 do município de Camaçari, um dos componentes específicos do desenvolvimento econômico e social é

- A o estabelecimento dos objetivos políticos.
- B a geração de emprego e renda.
- C a oferta de transporte público.
- D o incentivo à gestão democrática.
- E a urbanização e regularização fundiária.

Questão 68

De acordo com o Código Florestal Brasileiro, uma área de preservação permanente formada por vegetação natural adjacente a córrego de até 10 m de largura deve ter largura mínima de

- A 15 metros desde a borda da calha do leito regular.
- B 24 metros desde a borda da calha do leito regular.
- C 30 metros desde a borda da calha do leito regular.
- D 50 metros desde a borda da calha do leito regular.
- E 100 metros desde a borda da calha do leito regular.

Questão 69

No que se refere ao aviso prévio, não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de

- A quinze dias, se o pagamento do trabalhador for efetuado por quinquena.
- B oito dias, se o pagamento do trabalhador for efetuado de forma quinquenal.
- C quinze dias, se o pagamento do trabalhador for efetuado de forma mensal.
- D oito dias, se o pagamento do trabalhador for efetuado por semana ou tempo inferior.
- E dez dias, se o pagamento do trabalhador for efetuado por quinquena.

Questão 70

Acerca das estabilidade provisórias, assinale a opção correta.

- A A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, exceto durante o prazo do aviso prévio, garante à empregada gestante a estabilidade provisória, que abrange desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- B Em caso de fechamento do estabelecimento por motivo de força maior, o direito a indenização é assegurado aos empregados estáveis que ali exerciam suas funções quando do fechamento.
- C O empregado estável acusado de falta grave deverá ser suspenso de suas funções, mas ele só poderá ser despedido efetivamente depois de verificada a procedência da acusação.
- D Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, ficará o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço, mas não a lhe pagar os salários referentes ao período de suspensão.
- E No caso de a reintegração do empregado estável ser desaconselhável, especialmente quando o empregador for pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização.

Questão 71

Pedro, assistente administrativo na empresa Alpha, labora das 8 h às 18 h, de segunda-feira a sexta-feira, com 30 min de intervalo diário, e de 8 h às 12 h aos sábados, sem qualquer intervalo.

Nessa situação hipotética,

- A o tempo despendido por Pedro desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, desde que em transporte fornecido pelo empregador, deve ser computado na jornada de trabalho.
- B poderão ser acrescidas horas extras à jornada diária de Pedro, não excedentes a duas, apenas por acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.
- C não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- D a ausência de intervalo aos sábados justifica-se pela previsão legal que o autoriza somente para as jornadas de trabalho acima de seis horas diárias.
- E entre duas jornadas de trabalho realizadas por Pedro, tem de haver um período mínimo de 24 h consecutivas para descanso, mas, caso esse intervalo mínimo não lhe seja concedido, ele terá o direito de receber as horas trabalhadas a título de horas extras.

Questão 72

A luz das regras da CLT referentes a férias, assinale a opção correta.

- A A concessão das férias terá de ser participada, por escrito ou verbalmente, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, trinta dias.
- B As férias coletivas são aquelas concedidas a todos os empregados de uma empresa, excluídas as concedidas apenas a determinados estabelecimentos ou setores da empresa.
- C As férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a dez dias corridos.
- D É facultado ao empregado converter metade do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- E Para fins de remuneração de férias, quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, deverá ser apurada a média dos últimos três meses, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

Questão 73

Acerca de atividades insalubres e perigosas, assinale a opção correta.

- ☐ A A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a utilização de EPI pelo trabalhador de forma a diminuir a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- ☐ B O exercício de trabalho em condição insalubre no grau máximo, acima dos limites de tolerância estabelecidos, assegura a percepção de adicional de 30% do salário-base do empregado.
- ☐ C O empregado que se mantiver no exercício de atividade perigosa ou insalubre por, pelo menos, três anos terá direito à incorporação do respectivo adicional ao seu salário, independentemente da eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.
- ☐ D São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a agentes biológicos infecciosos.
- ☐ E O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário mínimo da região, com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Questão 74

Acerca de organização sindical, conceito de categoria, categoria diferenciada e convenções e acordos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

- ☐ A Uma das prerrogativas dos sindicatos é eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.
- ☐ B A administração do sindicato trabalhista será exercida por uma diretoria constituída por, no máximo, dez e, no mínimo, cinco membros, não havendo obrigatoriedade da criação de um conselho fiscal.
- ☐ C Constituem associações sindicais de grau superior as federações, enquanto as confederações são conhecidas como associações sindicais de grau inferior.
- ☐ D Convenção coletiva de trabalho é o acordo pelo qual o empregador (empresa) e os seus empregados estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.
- ☐ E As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das respectivas categorias profissionais serão pagas de forma compulsória pelos empregados.

Questão 75

Assinale a opção correta no que concerne à equiparação salarial.

- ☐ A A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- ☐ B A equiparação salarial deve ser observada ainda que exista na empresa quadro de carreira com promoções por merecimento e(ou) antiguidade, desde que a diferença de tempo na função entre o requerente e seu paradigma não seja superior a dois anos e haja simultaneidade na prestação do serviço.
- ☐ C O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da previdência social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
- ☐ D As normas referentes à equiparação salarial prevalecerão ainda que a empresa tenha pessoal organizado em quadro de carreira ou adote plano de cargos e salários.
- ☐ E Para que a equiparação salarial seja conferida ao empregado, é necessário que este prove que ele e seu paradigma têm a mesma função, executam trabalho de igual valor e prestam serviço ao mesmo empregador, ainda que em estabelecimentos diferentes.

Questão 76

Lucas trabalha como assistente administrativo na sociedade empresária Beta. Em sua CTPS, consta o valor de R\$ 2.500,00 registrado a título de contraprestação pecuniária mensal pela atividade executada. Ademais, no mês corrente, Lucas recebeu mais R\$ 1.000,00 a título de doação dos clientes, como forma de agradecimento pelo atendimento de excelência.

Nessa situação hipotética,

- ☐ A o salário de Lucas é de R\$ 3.500,00.
- ☐ B o salário de Lucas é de R\$ 1.000,00.
- ☐ C o salário de Lucas é de R\$ 2.500,00.
- ☐ D a remuneração de Lucas é de R\$ 1.500,00.
- ☐ E a remuneração de Lucas é de R\$ 2.500,00.

Questão 77

O depósito recursal é um valor exigido no transcurso do processo trabalhista e depositado em uma conta específica, para que se possa recorrer de uma decisão judicial trabalhista. Têm isenção do pagamento do depósito recursal

- ☐ A os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- ☐ B as entidades sindicais.
- ☐ C as entidades sem fins lucrativos.
- ☐ D os empregadores domésticos.
- ☐ E as empresas em recuperação judicial.

Questão 78

Tendo em vista as alterações realizadas pela Reforma Trabalhista quanto aos honorários periciais na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- I A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais jamais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia.
- II O juízo não poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.
- III O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para a realização de perícia.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 79

No rito ordinário do processo do trabalho, cada uma das partes pode indicar no máximo

- A** duas testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito judicial para apuração de falta grave, situação em que poderá haver até três testemunhas de cada parte.
- B** seis testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito judicial para apuração de falta grave, situação em que poderá haver até dez testemunhas de cada parte.
- C** duas testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito judicial para apuração de falta grave, situação em que poderá haver até seis testemunhas de cada parte.
- D** três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito judicial para apuração de falta grave, situação em que poderá haver até quatro testemunhas de cada parte.
- E** três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito judicial para apuração de falta grave, situação em que poderá haver até seis testemunhas de cada parte.

Questão 80

De acordo com a jurisprudência do TST, em desfavor de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza

- A** social.
- B** econômica.
- C** jurídica.
- D** declaratória.
- E** revisional.

Questão 81

Acerca da prescrição no processo do trabalho, julgue os próximos itens.

- I** A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- II** A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
- III** No processo do trabalho, a prescrição intercorrente ocorre no prazo de cinco anos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 82

Nas causas trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo,

- A** não cabe recurso.
- B** cabe recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- C** cabe recurso ordinário no prazo de quinze dias.
- D** cabe recurso ordinário para o TRT, que será imediatamente distribuído, devendo o relator liberá-lo, no prazo máximo de 5 dias, para pauta para julgamento.
- E** cabe recurso de revista por violação direta de lei federal.

Questão 83

O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe nas hipóteses de interposição de recurso

- A** ordinário e de revista, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- B** ordinário, de agravo de instrumento e de revista, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- C** ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- D** ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- E** ordinário, de agravo de instrumento, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

Questão 84

Segundo os parâmetros fixados pelo entendimento sumulado do TST, no dissídio individual trabalhista, decisão desfavorável a município que não seja capital de estado está sujeita ao reexame necessário, salvo quando a condenação for em valor menor que

- A** 100 salários mínimos.
- B** 500 salários mínimos.
- C** 200 salários mínimos.
- D** 300 salários mínimos.
- E** 400 salários mínimos.

Questão 85

Aldo, em concurso com Charles, ambos imputáveis, na execução de roubo a uma agência bancária, amarraram o gerente dessa agência, ameaçaram-no e o torturaram fisicamente, obrigando-o, de forma irresistível, a abrir o cofre. Aldo e Charles lograram êxito em recolher grande soma em dinheiro e deixaram o local, dando ensejo à consumação do delito.

Nessa situação hipotética, o gerente da agência bancária agiu

- A** sob coação física absoluta, afastando-se, por consequência, a tipicidade de sua conduta.
- B** sob coação moral irresistível, excluindo-se, assim, a sua culpabilidade.
- C** sob violenta emoção, que constitui causa de exclusão da imputabilidade.
- D** em estado de necessidade, afastando-se, assim, a antijuridicidade da sua conduta.
- E** em legítima defesa, excluindo-se, por consequência, a antijuridicidade da sua conduta.

Questão 86

Um servidor público foi processado por peculato culposo e, no curso da ação penal, antes da sentença, ele promoveu, voluntariamente, a reparação integral do dano.

Nessa situação hipotética, a reparação do prejuízo pelo agente constitui

- A** desistência voluntária.
- B** causa obrigatória de redução da pena.
- C** causa extintiva da punibilidade.
- D** excludente de culpabilidade.
- E** arrendimento eficaz.

Questão 87

Hodiernamente, no que concerne aos elementos do crime, o dolo e a culpa são integrantes

- A da punibilidade.
- B da culpabilidade.
- C do fato típico.
- D da potencial consciência da ilicitude.
- E da antijuridicidade.

Questão 88

Assinale a opção correta com relação ao crime de lavagem de dinheiro.

- A Para a configuração do referido crime, é necessária prova cabal do crime anterior que originou a lavagem de capitais.
- B O crime em questão fica caracterizado mesmo quando a conduta que o define é praticada pelo próprio autor do crime antecedente ou por um terceiro alheio àquela prática.
- C O processo e julgamento pelo crime em apreço depende do processo e julgamento da eventual infração anterior, se esta tiver sido praticada no estrangeiro.
- D A extinção da punibilidade pela prescrição quanto aos crimes antecedentes implica a atipicidade do delito em apreço.
- E O crime em questão consuma-se com a inserção, no sistema econômico ou financeiro, dos bens ou valores provenientes da infração penal anterior.

Questão 89

Em se tratando dos crimes de competência dos juzizados especiais criminais, a composição dos danos civis

- A somente é cabível nas ações penais privadas.
- B resulta, em qualquer tipo de ação penal, na extinção da punibilidade.
- C é cabível apenas nas ações penais públicas condicionadas.
- D somente é cabível nas ações penais públicas incondicionadas.
- E é cabível em qualquer ação penal.

Questão 90

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A É incabível o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público sem a anterior instauração do competente inquérito policial.
- B É cabível o arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial, desde que cabalmente demonstrada a atipicidade da conduta ou a inexistência do fato.
- C A autoridade policial poderá, de ofício, realizar novas diligências sobre o mesmo fato, mesmo após o arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público.
- D É incabível ao ofendido ou ao indiciado a requisição de diligências durante a tramitação do inquérito policial, haja vista a natureza administrativa desse procedimento investigatório.
- E Em regra, nos crimes de ação penal privada, concluído o inquérito policial, o caderno apuratório será entregue de ofício ao ofendido, mediante traslado.

Questão 91

Assinale a opção correta a respeito da prova no processo penal.

- A Prova obtida em interceptação telefônica no curso de ação penal não poderá servir como prova emprestada em procedimento de cunho meramente administrativo.
- B Em regra, é dispensável mandado judicial para busca policial em interior de veículo.
- C Na falta do exame de corpo de delito nas infrações que deixarem vestígios, qualquer outro meio legal de prova poderá suprir-lhe a falta.
- D O acesso aos dados contidos em aparelho celular apreendido em poder de indivíduo preso em flagrante delito prescinde de mandado judicial.
- E Policiais que realizarem prisão em flagrante poderão testemunhar na ação penal contra o réu, mas não poderão ser compromissados a dizer a verdade.

Questão 92

Um cidadão maior de dezoito anos de idade está respondendo a processo pela prática de crime hediondo. No curso da ação penal, após demonstradas a autoria e a materialidade do delito que lhe foi imputado, comprovou-se, em perícia médica, que o réu é inimputável, por ser portador de grave doença mental e de alta periculosidade, desde a data do crime.

Nessa situação hipotética, em regra, caberá ao juiz, em sentença,

- A condenar o réu, aplicando-lhe pena privativa de liberdade combinada com medida de segurança.
- B absolver sumariamente o réu.
- C absolver o réu, aplicando-lhe apenas medida de segurança.
- D condenar o réu, aplicando-lhe pena reduzida em razão de sua inimputabilidade.
- E condenar o réu, aplicando-lhe apenas medida de segurança.

Questão 93

São segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camaçari

- A os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.
- B todos os empregados públicos municipais.
- C os empregados públicos de órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo do município.
- D somente os servidores públicos municipais, ativos e inativos, titulares de cargos efetivos de órgãos e entidades dos Poderes do município.
- E os servidores ocupantes de cargos temporários.

Questão 94

A respeito da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

- I Ao ser dada máxima efetividade ao princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento, é possível que determinado benefício da seguridade social seja estendido sem prévia fonte de custeio total.
- II Não fere o princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio da seguridade social o fato de a saúde e a assistência social não estarem vinculadas a qualquer tipo de contraprestação pelos seus usuários.
- III O caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados, será um dos objetivos do poder público ao organizar a seguridade social, nos termos da lei.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 95

Vera, enquanto ainda cursava faculdade, foi aprovada em concurso público para o cargo de técnico judiciário de órgão da justiça federal localizado na Bahia, onde tomou posse, em 1987, e passou a exercer seu primeiro trabalho. Em 1996, ela tomou posse como analista judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no qual trabalhou até ser aprovada para o cargo de procurador do município de Camaçari. Tomou posse neste último cargo e entrou em exercício no final de 1997, tendo permanecido no cargo até se aposentar, em abril de 2023.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- ☐ A Os três regimes previdenciários a que Vera esteve filiada são considerados regimes de origem.
- ☐ B Por terem sido criados pelos respectivos entes da Federação a que estão vinculados, os três regimes previdenciários a que Vera esteve filiada são considerados regimes instituidores.
- ☐ C A União não participará da compensação financeira entre os regimes previdenciários, já que Vera se filiou ao regime próprio de previdência social federal antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- ☐ D Não haverá compensação financeira, já que não houve contagem de tempo de contribuição recíproca com o Regime Geral de Previdência Social.
- ☐ E O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camaçari tem direito de receber dos demais regimes próprios de previdência social compensação financeira, nos termos estabelecidos em lei.

Questão 96

Uma das possíveis maneiras legais de aumentar a receita do fundo de previdência social de Camaçari é

- ☐ A tornar progressivas as alíquotas das contribuições previdenciárias de acordo com o valor do salário de contribuição de cada segurado obrigatório.
- ☐ B tornar progressivas as alíquotas das contribuições previdenciárias de acordo com o valor total da remuneração de cada segurado obrigatório.
- ☐ C criar contribuição previdenciária que incida sobre os futuros proventos de aposentadorias e pensões a serem concedidos pelo regime próprio de previdência social municipal, respeitando-se o direito adquirido dos já aposentados e atuais pensionistas.
- ☐ D criar contribuição previdenciária que incida sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social municipal, desde que o benefício seja superior ao salário mínimo.
- ☐ E instituir contribuição previdenciária que incida sobre os proventos de aposentadorias e pensões, concedidas pelo regime próprio de previdência social municipal, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Questão 97

Em relação ao atual regime jurídico da previdência complementar do setor público, assinale a opção correta.

- ☐ A O regime de previdência complementar dos servidores públicos será sempre efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- ☐ B É facultativo o ingresso do servidor que tiver sido admitido no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.
- ☐ C Somente por lei complementar de iniciativa do Poder Executivo estadual poderá ser instituído regime de previdência complementar na esfera municipal.
- ☐ D Os municípios instituirão regime de previdência complementar, por lei complementar, para seus servidores públicos ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos.
- ☐ E A lei instituidora do regime de previdência complementar poderá determinar o ingresso obrigatório dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público anteriormente à data de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

Questão 98

No que se refere a regimes previdenciários, julgue os itens subsecutivos.

- I Há expressa previsão na Constituição Federal de 1988 acerca de regimes de previdência complementar tanto para os segurados do Regime Geral de Previdência Social quanto para os servidores vinculados aos regimes próprios.
- II É permitido uma pessoa ser, simultaneamente, filiada a dois regimes próprios de previdência social diferentes ou ao Regime Geral de Previdência Social e a um regime próprio de previdência social.
- III A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência para instituir regime de previdência social geral, próprio ou complementar, dentro de seus respectivos limites de atuação.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 99

Com relação ao regime próprio de previdência social, assinale a opção correta.

- ☐ A Os municípios, por lei complementar, poderão estabelecer idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de guarda municipal.
- ☐ B Para os regimes próprios de previdência social que já existam, lei complementar federal estabelecerá normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão.
- ☐ C A idade mínima para fins de aposentadoria será reduzida em cinco anos para todos os ocupantes de cargo de professor.
- ☐ D Cada ente federativo, por lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo, poderá estabelecer idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- ☐ E É possível, no mesmo regime próprio de previdência social, a existência de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, desde que cuide especificamente de um dos poderes, dos órgãos ou de uma das entidades autárquicas ou fundacionais.

Questão 100

Considerando a Reforma da Previdência de 2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplicam-se imediatamente às aposentadorias dos servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as normas constitucionais introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.
- Ⓑ Todos os entes federativos instituirão sistemas integrados de dados relativos a remunerações, proventos e pensões dos segurados de seus respectivos regimes próprios de previdência social.
- Ⓒ Somente mediante autorização expressa do respectivo ente federado, poderá haver transmissão das informações constantes dos sistemas integrados de dados relativos às informações dos regimes de previdência a qualquer pessoa física ou jurídica.
- Ⓓ É permitida a instituição de novo regime previdenciário exclusivo para titulares de mandato eletivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓔ Enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social, aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Espaço livre